



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-0

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 1 de 57)

## **EDITAL**

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública – CNPJ 76.416.932/0001-81, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

**PREGÃO ELETRÔNICO:****GMS -****PREG-e 161/2026****COMPRAS.GOV****PE 90161/2026****TIPO: MENOR PREÇO****Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas:****Até 08 h 59 min do dia 11/06/2026**

Início da sessão / disputa de lances:

**09 h 00 min do dia 11/06/2026**

Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste Edital.

**1 OBJETO:**

A presente licitação tem por objeto a prestação de serviços continuados de **CONTROLE EXTERNO DE QUALIDADE** para atender à demanda do Laboratório de Análises Clínicas do Hospital da Polícia Militar do Paraná (LAC-HPM).

**2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:**

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de R\$ 205.063,80 (duzentos e cinco mil, sessenta três reais e oitenta centavos).

**3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

Dotação orçamentária: 3922.06.302.30.8179, 3922.06.181.30.8501, 3966.06.181.30.8626.

Elemento da despesa: 3390.3950

Fonte: 500.000000, 501.000147, 501.000101

**4 SISTEMA PREGÃO ELETRÔNICO:**

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações do Portal de Compras do Governo Federal. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas [www.pncp.gov.br](http://www.pncp.gov.br), [www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br) e [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

Os trabalhos serão conduzidos Ayslan Albert Nicolodi e equipe de apoio Stephane Alinne dos Santos, designados pela Portaria do Comando-Geral da PMPR nº 062/2026, servidores da Secretaria de Estado da



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo n.º 24.691.728-0

Pregão Eletrônico n.º 161/2026

EDITAL (página 2 de 57)

Segurança Pública.

- **E-mail:** [dalf-licitacoes@pm.pr.gov.br](mailto:dalf-licitacoes@pm.pr.gov.br)

- **Telefones:** (41) 3304-4752

- **Endereço:** Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 – CEP 80.230-110, Curitiba/ Paraná

- **O atendimento será feito no horário das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30**

## **5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:**

### **5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:**

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico [www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br) pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

### **5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:**

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

### **5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:**

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

## **6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:**

**6.1** A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

**6.2** A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.



## **CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO**

### **1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO**

**1.1** Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

### **2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

**2.1** Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

**2.1.1** Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), nesta fase, serão desclassificados.

**2.2** O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO**.

**2.3** Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificadas.

### **3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:**

**3.1** O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

### **4 VIGÊNCIA:**

**4.1** O contrato terá vigência pelo prazo de 60 meses, observada a disciplina do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

**4.1.1** O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

### **5 CONSÓRCIO:**

**5.1** "Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo."

### **6 ANEXOS:**

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo I-A – Índice de Medição de Resultado (IMR);
- Anexo II – Documentos de habilitação;
- Anexo III – Modelo de descritivo da proposta de preços;
- Anexo IV – Modelo de procuração;
- Anexo V – Modelo de declaração;
- Anexo VI – Locais de prestação de serviços;
- Anexo VII – Minuta de Contrato;
- Anexo VIII – Declaração ME/EPP
- Anexo IX – Declaração LGPD.



## **CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO**

### **1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO**

**1.1** O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Portal de Compras do Governo Federal, na página [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

**1.2** O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual - Portal de Compras do Governo Federal, na página [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

**1.3** O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**1.4** Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual - Portal de Compras do Governo Federal, conforme instruções que podem ser obtidas na página [www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor](http://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor) ou, ainda, por meio dos telefones 0800.978.9001 para todas as localidades, suporte técnico realizado de segunda à sexta-feira, de 07:00 às 20:00 horas.

**1.4.1** O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual - Portal de Compras do Governo Federal implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**1.5** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### **2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO**

**2.1** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que estejam com cadastro regular no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

**2.1.2** Os interessados deverão efetuar seu cadastro dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e que trata a Lei Federal n.º 14.133/2021, de 2021, recomenda-se também a prévia inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CFPR, por intermédio do portal de Compras do Governo do Estado do Paraná ([www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br)), nos termos do Decreto Estadual n.º 9.762, de 2013.

**2.2** Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

**2.3** Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

**2.3.1** tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

**2.3.2** constituíram as pessoas jurídicas que foram apenas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

**2.3.3** tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

**2.3.4** não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

**2.3.5** mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.3.6** o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

**2.3.6.1** Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

**2.3.7** As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo n.º 24.691.728-0

Pregão Eletrônico n.º 161/2026

EDITAL (página 5 de 57)

**2.4** A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

**2.5** Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

**2.6** O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

### **3 PROPOSTA INICIAL**

**3.1** Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

**3.1.1** o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

**3.1.2** a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**3.2** A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

**3.2.1** A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

**3.3** Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

**3.3.1** Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

**3.4.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**3.5** O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1** Valor unitário e valor total do item.

**4.1.2** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, de forma que permita a verificação de conformidade com as exigências contidas nesse documento.

**4.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

**4.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

**4.3.1** o contratado deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, respeitado o disposto no art. 130 da Lei Federal n.º 14.133, de 2022.

**4.3.2** Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**4.4.** A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

**4.4.1.** cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-0

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 6 de 57)

**4.4.2.** cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

**4.5** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.6** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.7.** Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem 4.4.

**4.8.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.9.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.10** As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2** O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**5.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**5.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

**5.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.1** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

**5.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 5,00 (cinco reais).

**5.9** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.10** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**5.11** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo n.º 24.691.728-0

Pregão Eletrônico n.º 161/2026

EDITAL (página 7 de 57)

**5.12** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**5.13** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**5.14** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.15** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.16** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.17** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.18** O Critério de julgamento adotado será o menor preço conforme definido neste Edital e seus anexos.

**5.19** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.20** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006:

**5.21** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.22** A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.23** Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.24** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.25** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.26** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**5.27** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**5.28** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**5.28.1** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.28.2** O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.28.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

**5.29** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



## **6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**6.1** Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**6.2** Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**6.2.1** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**6.2.2.** A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

**6.2.3.** A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

**6.2.4.** A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais

**6.2.5** Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**6.3** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 92 do Decreto n.º 10.086, de 2022, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.4.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.4.1** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

**6.5** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados.

**6.6.** O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação às parcelas de serviços envolvidas na contratação;

**6.7** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

**6.7.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.7.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.8** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**6.9** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo n.º 24.691.728-0

Pregão Eletrônico n.º 161/2026

EDITAL (página 9 de 57)

**6.10** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**6.11** O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.11.1** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.11.2** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

**6.12** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**6.13** Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

**6.14** O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**6.14.1** Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**6.14.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.15** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**6.16** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**7.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

**7.2** O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**7.3** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**7.4** As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**7.5** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.6** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

**7.7** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**7.8** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

## **8. DESCRITIVO DA PROPOSTA**

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025.



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo n.º 24.691.728-0

Pregão Eletrônico n.º 161/2026

EDITAL (página 10 de

**8.1** A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

**8.1.1** A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos.

**8.1.2** As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3 do Edital) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

**8.1.2.1.** Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3 do Edital, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

**8.1.3** Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

**8.1.4** Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

**8.2** Nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

## **9. OS RECURSOS**

**9.1** Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

**9.1.1** As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.1.2** Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.2** A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

**9.3** As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

**9.4** Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

**9.5** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

## **10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**10.1** Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

**10.2** Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo n.º 24.691.728-0

Pregão Eletrônico n.º 161/2026

EDITAL (página 11 de

## **11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

**11.1** O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

**11.1.1** Caso seja exigida garantia de execução contratual e o contratado opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**11.2** Para a assinatura do contrato, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**11.3** Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

**11.4** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

**11.5** Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

**11.5.1** A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

**11.5.2** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**11.6** A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

**11.7** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \cdot \frac{1}{365} \quad I = \frac{6}{100} \cdot \frac{1}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual  
= 6%.

**11.8** Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

## **12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo n.º 24.691.728-0

Pregão Eletrônico n.º 161/2026

EDITAL (página 12 de

**12.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

**12.2.1.** multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**12.2.2.** multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**12.2.3.** multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**12.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**12.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

**12.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando mora, nem gera compensação financeira.

**12.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**12.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**12.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**12.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**12.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

### **13 DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1** Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

**13.2** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

**13.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**13.4** O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

**13.5** A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

**13.6** Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

**13.7** Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

**13.8** O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

**13.9** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo n.º 24.691.728-0

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 13 de

interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**13.10** O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba – Paraná, *datado e assinado eletronicamente*

*Assinado eletronicamente*  
**Cap. QOEM PM Guilherme Lopes José**  
**Responsável pela elaboração do edital.**



ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.691.728-0

Pregão Eletrônico nº XXXX/2026

EDITAL (página 14 de

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

**1.1.** Prestação de Serviço continuado de **CONTROLE EXTERNO DE QUALIDADE**, para atender a demanda do Laboratório de Análises Clínicas do Hospital da Polícia Militar do Paraná (LAC-HPM), conforme especificações estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

LOTE ÚNICO		
GMS E CATSERV	0606-63784	19127
DESCRIPTIVO	Prestação de serviços de Controle Externo de Qualidade (CEQ) com envio de amostras para avaliação de desempenho dos exames (item 1.2.2);	
Unidade de cotação	Kit de Amostras-teste mensal	QTDE 60
Valor MAXIMO unitário (Critério de Disputa)	R\$3.417,73( três mil quatrocentos e dezessete reais e setenta e três centavos)	
VALOR PARA 12 MESES	R\$ 41.012,76 (quarenta e um mil e doze reais e setenta e seis centavos)	
TOTAL PARA 60 MESES	R\$ 205.063,80 (duzentos e cinco mil, sessenta três reais e oitenta centavos).	



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 1 de

- 1.1.1.** Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.1.2.** A presente contratação adotará como regime de execução a EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.
- 1.1.3.** O prazo de vigência do contrato é de 60 MESES, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

**1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**1.2.1.** Prestação de serviços de Controle Externo de Qualidade (CEQ) para atender ao Laboratório de Análises Clínicas do Hospital da Polícia Militar do Paraná - LAC-HPM, conforme exigência prevista na RESOLUÇÃO ANVISA Nº 978, de 6 de junho de 2025, que dispõe sobre o funcionamento de Serviços que executam as atividades relacionadas aos Exames de Análises Clínicas (EAC), conforme especificações, pelo período de 60 meses, em lote único, de acordo com as condições e especificações técnicas:

**1.2.2.** Prestação de serviços de Controle Externo de Qualidade (CEQ) com envio de amostras para avaliação de desempenho **DOS EXAMES:**

- a)** Bioquímica - Ácido Lático, Ácido Úrico, Albumina, Amilase, Bilirrubina Total e Direta, Cálcio Total, Cálcio Total, Cálcio Iônico, Cloretos, Colesterol Total, Colesterol HDL, Colesterol LDL, Triglicerídeos, Creatinina, Ferro, Fosfatase Alcalina, Fósforo, Gama GT, Glicose, LDH, Lipase, Magnésio, Potássio, Proteínas Totais e frações, Sódio, Transaminase glutâmica oxalacética/Aspartato aminotransferase (TGO/AST), Transaminase glutâmica pirúvica/Alanina aminotransferase (TGP/ALT), Uréia, Vitamina B12, Proteína C Reativa, Microalbuminúria, Hemoglobina glicada e Procalcitonina;
- b)** Hematologia - contagem de células: Hemácias, Leucócitos, Plaquetas, Reticulócitos; Determinação de Hematócrito e Hemoglobina; Índices Hematimétricos (VCM ou VGM, HCM ou HGM, CHCM ou CHGM), Volume de Hemossedimentação (VHS), avaliação e Identificação microscopia de células sanguíneas (vermelhas e brancas) e hemoparasitos.
- c)** Urinálise – avaliação físico química: Bilirrubina Total, Corpos Cetônicos, Densidade, Glicose, Hemoglobina hemolisada, Nitrito, pH, Proteínas, Urobilinogênio, avaliação de sedimentoscopia: de células epiteliais, leveduras, bactérias, espermatozoides, trichomonas, cilindros: hialinos, hemáticos, leucocitários, cristais urinários, muco, leucócitos e hemácias; dosagens bioquímicas: Ácido Úrico, Cálcio, Creatinina, Fósforo, Glicose, Magnésio, Potássio, Proteínas Totais, Sódio e Uréia;
- d)** Microbiologia – Bacterioscopia BAAR, Bacterioscopia GRAM, Cultura aleatória (Identificação manual e automatizada) e Teste de Sensibilidade a Antimicrobianos (TSA), Cultura e Identificação da bactéria específicas para controle de vigilância hospitalar: Enterobactérias Produtoras de Betalactamases de Espectro Ampliado (ESBL), e Enterobactérias Resistentes a Carbapenêmicos (ERC), Enterococcus Resistente à Vancomicina (VRE), Streptococcus do grupo B (GBS), Staphylococcus aureus meticilina resistente (MRSA);
- e)** Parasitologia - Identificação de helmintos e protozoários, Pesquisa de sangue Oculto;
- f)** Líquor – aspectos físicos: cor e aspecto; dosagens químicas: glicose, cloretos, proteínas totais, Ácido lático lactato, leucometria total, Polimorfonucleares e Mononucleares, sífilis, Tinta da China, Bacterioscopia GRAM, Bacterioscopia BAAR;
- g)** Líquidos Cavitários: Ácido Lático, Albumina, Amilase, Aspectos físicos, Bilirrubina Total, Colesterol, Creatinina, Densidade, Glicose, GRAM, LDH, Leucometria Total, pH, Polimorfonuclear e Mononuclear, Proteínas, Triglicerídeos e Ureia.
- h)** Coagulação - Tempo de Protrombina (TP), Tempo de Tromboplastina Parcial (PTTa);
- i)** Gasometria - pH, PO2 e PCO2;
- j)** Imuno-hematologia - Sistema ABO, Sistema Rhesus, Coombs Direto, Coombs Indireto;
- k)** Imunologia - Antiestreptolisina O, Fator Reumatóide Qualitativo e Quantitativo, anti-HCV, HBsAg, Anti-Hbc total, Anti-HBs, HIV 1-2, Mononucleose, Sífilis treponêmico e não treponêmico (VDRL), Rubéola IgG e IGM, Toxoplasmose IgG e IgM, Citomegalovírus IgG e IgM.
- l)** Vitaminas: Vitamina B12 e Vitamina D 25 Hidroxi.
- m)** Marcadores tumorais: PSA Total e PSA Livre
- n)** Hormônios: β-HCG, Ferritina, TSH, T3 (total) e T4 (total e livre); Hormônio Luteinizante (LH), Hormônio Folículo Estimulante (FSH), Progesterona, Cortisol, Estradiol, Paratormônio, Prolactina, Insulina e Testosterona;
- o)** Marcadores Cardíacos - Pro-BNP, CK Total, CK-MB Atividade, CK-MB Massa, Troponina I Ultrassensível;
- p)** Avaliação teórica, modelo perguntas e respostas.



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 2 de

**1.2.3. Unidade de medida:** Kit amostras-teste;

**1.2.4. Embalagem:** A embalagem do kit de amostra-teste deve ser adequada e segura, respeitando as condições de armazenamento de cada tipo de amostra, utilizando embalagens apropriadas para transporte de amostras biológicas, estando corretamente identificado quanto aos possíveis riscos biológicos e/ou ocupacionais, temperatura de armazenamento, número de lote, data de fabricação e validade, resguardando que o kit chegue ao LAC-HPM em condições ótimas para análise.

**1.2.5. Adicionais:**

**1.2.5.1.** Enviar mensalmente ao LAC-HPM os kits de amostra-teste devidamente identificados para testagem dos analíticos com frequência mínima de uma amostra-teste para cada analítico por trimestre;

**1.2.5.2.** A contratada deverá enviar kit de amostras-teste padronizadas mensalmente com o objetivo de mensurar o desempenho de sistemas analíticos através de ensaios de proficiências, análise de padrões certificados e comparações interlaboratoriais, para que seja assegurada a confiabilidade dos serviços laboratoriais prestados, e assim, garantindo a qualidade dos mesmos;

**1.2.5.3.** Kit de amostra-teste para análise deverá ser entregues no endereço da Contratante até o dia 20 de cada mês, e os resultados poderão ser submetidos no software da contratada em prazo não inferior a 15 dias entre a data de recebimento do Kit de amostra-teste e a data limite para submissão dos resultados para avaliação e análise dos dados submetidos;

**1.2.5.4.** A contratada deverá enviar amostras-teste para cada analito em quantidade/volume mínimo suficiente para realizar o teste com margem de segurança. Quando a mesma amostra-teste for indicada para testagem de mais de um analito, esta deverá ser em quantidade/volume suficiente para realização de todos os analíticos previstos com margem de segurança;

**1.2.5.5.** Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os produtos necessários, nas quantidades e qualidade suficientes para atender as demandas estimadas;

**1.2.5.6.** Todos os materiais empregados na execução dos serviços deverão estar em conformidade com as normas técnicas vigentes da ABNT, bem como devem ser acondicionadas de maneira a garantir a integridade das amostras;

**1.2.5.7.** A embalagem dos kits de amostras-teste mensal deve ser adequada e segura, respeitando as condições de armazenamento de cada tipo de amostra, utilizando embalagens apropriadas para transporte de amostras biológicas, estando corretamente identificados quanto aos possíveis riscos biológicos e/ou ocupacionais, temperatura de armazenamento, número de lote, data de fabricação e validade, resguardando que o kit de amostras-teste seja entregue no LAC-HPM em condições ótimas para análise;

**1.2.5.8.** O transporte dos kits de amostras-teste deve seguir as normas de boas práticas para o transporte de material biológico humano – RDC nº 504 de 27 de maio de 2021 e suas atualizações ou aquela que a substituir;

**1.2.5.9.** A entrega do kits de amostras-teste mensal deve ser realizada obrigatoriamente no endereço do LAC-HPM, situado na Avenida Omar Sabbag, nº 894, Jardim Botânico, Curitiba/PR – CEP: 80.210-000 aos cuidados do Almoxarifado, aos cuidados do Cb. QPMG 1-0 Wyllyan Humberto Leal ou quem o substituir;

**1.2.5.10.** O kits de amostras-teste deve ser entregue em horário comercial, de 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, de segunda a sexta-feira (exceto feriados e pontos facultativos da CONTRATANTE). Em casos excepcionais, caso a contratada não consiga entregar o kit teste no horário especificado, deverá entrar em contato com a CONTRATANTE para verificar a possibilidade de recebimento do kit teste fora do horário estabelecido;

**1.2.5.11.** Os kits de amostras-teste devem ser acompanhados de instruções em português (manual do usuário) pertinentes ao programa como: pré-tratamento da amostra, recuperação de microrganismos, reconstituição de amostras liofilizadas, acondicionamento de amostras, entre outras condições necessárias ao correto manuseio da amostra;

**1.2.5.12.** Na hipótese de entrega do kit de amostras-teste vir com avaria, contaminação, ausente de identificação, a contratada deve substituir o mesmo por outro em perfeitas condições em até 5 dias úteis, bem como deverá postergar o prazo para submissão dos resultados em 5 dias úteis, de forma a não prejudicar a avaliação mensal da Contratante;

**1.2.5.13.** A contratada deve providenciar o acesso da CONTRATANTE ao sistema (ambiente virtual) de submissão dos resultados, bem como deve disponibilizar orientações em relação à utilização de ambiente virtual informatizado, indicando locais de preenchimento de dados/resultados das análises realizadas;

**1.2.5.14.** Para os exames em que se faz necessária a avaliação virtual de imagens, deve ser disponibilizado acesso, em data previamente informada, ao ambiente virtual da contratada;

**1.2.5.15.** A contratada deve fornecer as informações sobre os prazos para envio dos resultados obtidos;



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 3 de

**1.2.5.16.** A contratada deve providenciar a avaliação dos resultados das amostras-teste processadas pelo LAC-HPM;

**1.2.5.17.** A pessoa jurídica deve disponibilizar a avaliação dos resultados da contratante utilizando a mesma unidade de medida e metodologia de análise, adotadas pela Contratante para cada analítico. Caso isso não seja possível, poderá utilizar metodologia equivalente, desde que haja respaldo técnico justificável ou em referência bibliográfica que comprove que a diferença metodológica não compromete os resultados da aferição. Para aferição dos parâmetros hematológicos do hemograma, a Contratada deverá agrupar análises realizadas em equipamentos idênticos, caso isso não seja possível, poderá agrupar resultados obtidos em equipamentos similares, desde que haja respaldo técnico justificável ou em referência bibliográfica que comprove que a diferença metodológica não compromete os resultados da aferição;

**1.2.5.18.** A contratada deve disponibilizar assessoria técnica nas especialidades listadas no programa contratado, quando necessário;

**1.2.5.19.** A contratada deve disponibilizar acesso ao LAC-HPM aos resultados das avaliações, fornecer relatórios com índices de desempenho mensais. Entre os dados analisados devem ser calculados, no mínimo, parâmetros estatísticos como média, desvio padrão, coeficiente de variação e desvio relativo à média em relação aos resultados obtidos pelo laboratório de referência da empresa contratada;

**1.2.5.20.** A contratada deve emitir documentos comprobatórios de participação da CONTRATANTE no programa, relatórios trimestrais de acompanhamento, relatório final com emissão de Certificado de Proficiência, fornecendo conceito, conforme aproveitamento da Contratante. Todos os documentos devem estar assinados pelo Responsável Técnico, habilitado e registrado em conselho de classe competente;

**1.2.5.21.** A contratada deve providenciar a emissão de Certificado de Proficiência Anual;

**1.2.5.22.** Caso a contratada venha a detectar eventos adversos em relação a entrega ou qualidade do kit teste, inconsistências no ambiente virtual, ou outras situações que porventura venham ocorrer sob responsabilidade da contratada, deve notificar imediatamente a CONTRATANTE indicando medidas corretivas, de modo a não prejudicar a avaliação mensal da Contratante;

**1.2.5.23.** A contratada deve manter sigilo sobre quaisquer documentos, informações ou dados que tiver conhecimento ou acesso em decorrência da execução do serviço contratado;

**1.2.5.24.** A contratada deve comprovar habilitação junto a REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde), de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC Nº 928, DE 25 DE SETEMBRO DE 2024, especificamente como provedora de ensaios de proficiência para laboratório de análises clínicas, com a finalidade de atender aos requisitos da RDC Nº 978, de 06 de junho de 2025 ou aquela que a substituir;

**1.2.5.25.** Prova de atendimento aos requisitos de capacidade técnica, empresa vencedora deverá apresentar no mínimo 01 (um) atestado/declaração, compatível com o objeto desta licitação, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que o licitante forneceu ou está fornecendo, de modo satisfatório, produtos da mesma natureza ou similares aos da presente licitação. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função. Nos termos do artº 67, parágrafos 1º e 2º, previstos na lei 14.133/2021, para fins de qualificação técnica, visando à segurança da contratação e isenção de riscos à Administração, a empresa arrematante deverá apresentar atestado de 20% (vinte por cento) do quantitativo de itens constante neste Termo de Referência, para comprovação de aptidão para desempenho da atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

**1.2.5.26.** A exigência de atestado de capacidade técnica justifica-se pela natureza altamente especializada dos serviços de Controle Externo de Qualidade (CEQ), essenciais para garantir a confiabilidade dos exames laboratoriais e o cumprimento da RDC ANVISA nº 978/2025. O serviço envolve múltiplas áreas analíticas, envio de kits, rastreabilidade metodológica e avaliação estatística dos resultados, demandando experiência comprovada e estrutura operacional adequada. O percentual exigido assegura: capacidade mínima para execução contínua e sem riscos; mitigação de falhas que comprometeriam a qualidade assistencial; proporcionalidade e razoabilidade, sem restringir indevidamente a competitividade.

**1.2.5.27.** Dessa forma, o percentual de 20% é tecnicamente necessário e suficiente para demonstrar aptidão compatível com as características e a complexidade do objeto.



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 4 de

**1.2.5.28.** Caso a contratada venha a detectar eventos adversos em relação a entrega ou qualidade do kit teste, inconsistências no ambiente virtual, ou outras situações que porventura venham ocorrer sob responsabilidade da contratada, deve notificar imediatamente a CONTRATANTE indicando medidas corretivas, de modo a não prejudicar a avaliação mensal da Contratante;

**1.2.5.29.** A contratada deve manter sigilo sobre quaisquer documentos, informações ou dados que tiver conhecimento ou acesso em decorrência da execução do serviço contratado;

**1.2.5.30.** A contratada deve comprovar habilitação junto a REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde), de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC Nº 928, DE 25 DE SETEMBRO DE 2024, especificamente como provedora de ensaios de proficiência para laboratório de análises clínicas, com a finalidade de atender aos requisitos da RDC Nº 978, de 06 de junho de 2025 ou aquela que a substituir;

**1.2.5.31.** Prova de atendimento aos requisitos de capacidade técnica, empresa vencedora deverá apresentar no mínimo 01 (um) atestado/declaração, compatível com o objeto desta licitação, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que o licitante forneceu ou está fornecendo, de modo satisfatório, produtos da mesma natureza ou similares aos da presente licitação. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função. Nos termos do artº 67, parágrafos 1º e 2º, previstos na lei 14.133/2021, para fins de qualificação técnica, visando à segurança da contratação e isenção de riscos à Administração, a empresa arrematante deverá apresentar atestado de 20% (vinte por cento) do quantitativo de itens constante neste Termo de Referência, para comprovação de aptidão para desempenho da atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

**1.2.5.31.1.** A exigência de atestado de capacidade técnica justifica-se pela natureza altamente especializada dos serviços de Controle Externo de Qualidade (CEQ), essenciais para garantir a confiabilidade dos exames laboratoriais e o cumprimento da RDC ANVISA nº 978/2025. O serviço envolve múltiplas áreas analíticas, envio de kits, rastreabilidade metodológica e avaliação estatística dos resultados, demandando experiência comprovada e estrutura operacional adequada. O percentual exigido assegura: capacidade mínima para execução contínua e sem riscos; mitigação de falhas que comprometeriam a qualidade assistencial; proporcionalidade e razoabilidade, sem restringir indevidamente a competitividade.

**1.2.5.31.2.** Dessa forma, o percentual de 20% é tecnicamente necessário e suficiente para demonstrar aptidão compatível com as características e a complexidade do objeto.

### **1.3. DA PADRONIZAÇÃO**

No Portal Nacional de Contratação Pública – PNCP, no Catálogo Eletrônico de Padronização ainda não foi inserido em conformidade com o art.174, §2º, II da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como não foi criado o cadastro Eletrônico de Padronização de compras e serviços, de modo a atender o art. 20, II do decreto Estadual nº 10.086/2022.

### **1.4. DA EXECUÇÃO DE SERVIÇO**

**1.4.1.** O serviço deverá ter início no prazo de 20 dias corridos, contados da data da assinatura e publicação em diário oficial;

**1.4.2. Local, horário e responsável pelo recebimento:** LAC-HPM, situado na Avenida Omar Sabbag, nº 894, Jardim Botânico, Curitiba/PR – CEP: 80.210-000;



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 5 de

**1.4.3.** Aos cuidados do Almojarifado, aos cuidados do Cb. QPMG 1-0 Wyllian Humberto Leal ou quem o substituir.

**1.4.4.** O kit teste deve ser entregue de forma **parcelada /mês até o dia 20 de cada mês**, em horário comercial, de 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, de segunda a sexta-feira (exceto feriados e pontos facultativos da CONTRATANTE). Em casos excepcionais, caso a contratada não consiga entregar o kit teste no horário especificado, deverá entrar em contato com a CONTRATANTE para verificar a possibilidade de recebimento do kit teste fora do horário estabelecido;

**1.4.4.1.** E os resultados poderão ser submetidos no software da contratada em prazo não inferior a 15 dias entre a data de recebimento do kit e a data limite para submissão dos resultados para avaliação e análise dos dados submetidos;

**1.4.5.** Objeto de Serviço contínuo previsto contrato com prorrogação, justificativa da classificação:

**1.4.5.1.** A Lei 14.133 de 2021, em seu artigo 6º, inciso XV, bem como o Decreto Estadual nº 10.086 de 2022, art. 392, III, classifica como “serviço e fornecimento contínuos” os serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

**1.4.5.2.** Porém, conforme estudo do portal Zênite:

*A Lei de Licitações não apresenta um conceito específico para a expressão mencionada. Dentro dessa perspectiva, formou-se a partir de normas infralegais e entendimentos doutrinário e jurisprudencial, consenso de que a **caracterização de um serviço como contínuo requer a demonstração de sua essencialidade e habitualidade** para o contratante.*

*A essencialidade atrela-se à **necessidade de existência e manutenção do contrato**, pelo fato de eventual paralisação da atividade contratada implicar em prejuízo ao exercício das atividades da Administração contratante.*

*Já a habitualidade é configurada pela necessidade de a atividade ser prestada mediante **contratação de terceiros de modo permanente**.*

*Nesse sentido é a definição apresentada no Anexo I da Instrução Normativa nº 2/2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:*

*“I – SERVIÇOS CONTINUADOS são aqueles cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e **cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente**”.*

*Segue o mesmo raciocínio o conceito atribuído pelo Tribunal de Contas da União:*

*“Voto do Ministro Relator [...]”*

*28. Sem pretender reabrir a discussão das conclusões obtidas naqueles casos concretos, chamo a atenção para o fato de que a natureza contínua de um serviço não pode ser definida de forma genérica. Deve-se, isso sim, atentar para as peculiaridades de cada situação examinada.*

*29. Na realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua **essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente** ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.” (TCU. Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data do julgamento: 12/02/2008.) (PORTAL ZENITE – grifo nosso)*

**1.4.6.** Diante do exposto, e considerando as características do objeto a ser contratado, pode-se dizer que o objeto da presente contratação se caracteriza como serviço contínuo, em razão de sua:

**a) Essencialidade** – indispensável para obtenção da Licença de Funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária

**b) Habitualidade** – De acordo com a RDC Nº 978, de 06 de junho de 2025, a manutenção de CQE é obrigatória, para autorização de funcionamento de serviços de análises clínicas, e este serviço vem sendo contratado continuamente.

## **2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

De acordo com a legislação vigente, o Estado tem como obrigação prestar atendimento em saúde gratuitamente aos militares da ativa, da reserva ou reformados, bem como às pessoas de suas famílias, conforme descreve o Art. 175º da Lei nº 1943 de 23 de junho de 1954.

*“Art. 175º O Estado manterá na Corporação um Serviço de Saúde, destinado a proporcionar, gratuitamente, aos militares da ativa, da reserva ou reformados, bem como às pessoas de suas famílias, assistência médica e odontológica, na forma regulamentar.*

**Parágrafo único.** Os serviços de farmácia, de laboratório e radiológico são partes integrantes do Serviço de Saúde acima referido.”



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 6 de

Para atender a exigência legal, o Hospital da Polícia Militar do Paraná dispõem de um laboratório de análises clínicas próprio, chamado de Laboratório de Análises Clínicas do Hospital da Polícia Militar do Paraná (LAC-HPM), que atende centenas de pacientes eletivos e internados sendo eles militares ativos, inativos, dependentes e pensionistas que necessitam de exames laboratoriais, conforme disposto em legislação.

Os exames laboratoriais são testes realizados em amostras biológicas, como sangue, soro, urina, fezes, e outros fluidos corporais, que auxiliam os profissionais de saúde no diagnóstico, prevenção, acompanhamento de doenças, assim como no monitoramento de evolução de pacientes internados para uma melhor escolha de tratamento.

Para avaliar e assegurar a qualidade dos resultados emitidos por laboratórios de análises clínicas, a legislação que norteia os serviços prestados pelos laboratórios, são necessárias avaliações externas, chamados de Testes de Proficiência ou Controle Externo de Qualidade (CEQ).

A realização de ensaios de proficiência para exames laboratoriais é uma necessidade para o monitoramento dos processos analíticos. Além do Controle Interno da Qualidade (CIQ), que é realizado no próprio laboratório, destaca-se o serviço de Controle Externo de Qualidade (CEQ) que é realizado por uma empresa especializada em avaliar a qualidade e assertividade das análises laboratoriais prestadas. A realização dos ensaios de proficiência para CEQ gera oportunidade de avaliar constantemente a qualidade do serviço ofertado por uma instituição externa ao serviço, gerando mais um dado importante na gestão da qualidade das atividades realizadas diariamente em laboratórios de análises clínicas.

Para atender aos requisitos legais faz-se necessário a contratação de serviços de Controle Externo de Qualidade ou também denominado Provedor de Ensaio de Proficiência, que deve ser uma pessoa jurídica devidamente habilitada. De acordo com a ANVISA, por definição da RDC Nº 978/2025.

A demanda é considerada necessária e imprescindível para Administração haja vista ser requisito exigido para a continuidade do funcionamento regular do LAC-HPM, conforme disposto na RDC Nº 978, de 06 de junho de 2025, que dispõe sobre o funcionamento de Serviços que executam as atividades relacionadas aos Exames de Análises Clínicas (EAC). O controle externo da qualidade - CEQ por definição da RDC Nº 978/2025, consiste na "determinação da exatidão e do desempenho do processo analítico dos EAC, realizada por meio de comparações interlaboratoriais conduzidas por Provedor de Ensaio de Proficiência, também conhecido como Programas de Ensaios de Proficiência."

Por derradeiro, é importante salientar que o descumprimento dos critérios regulamentados por tal normativa, constitui infração sanitária nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

#### **Justificativa de contratos Plurianuais**

A celebração de contrato com vigência de 60 meses anos é vantajosa para administração, uma vez que se trata de fornecimentos contínuos essenciais para o funcionamento do LAC-HPM.

A eventual descontinuidade no serviço de CEQ comprometeria o serviço do LAC-HPM, bem como do HPM, podendo acarretar consequências graves aos usuários assistidos.

Com base no histórico dos processos anteriores regidos pela Lei 8666 de 1993, novo processo foi realizado a cada 12 meses, para manter o serviço, prorrogáveis por até 60 meses, desta forma pode-se projetar vantagem administrativa na contratação por 5 anos, em acordo com os princípios da Lei 14.133 de 2021, coadunando com interesse público e eficiência em manter serviço contínuo relevante.

Ainda, pode-se observar que a opção do prazo de vigência do contrato de 60 meses, torna-se vantajosa para administração uma vez que se submete a Lei 14.133, de 2021, assegurando vantajosidade econômica para Administração, nos termos do Art. 106 da dita lei, visto que, o procedimento administrativo permitirá concorrência entre as licitantes, propiciando menor preço de contratação e está em concordância com o disposto no Acórdão nº 1.214/2013, ao prever índice econômico oficial de reajuste:

*Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário – TCU*

*"ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:*

*(...)*

*9.1.17. a vantajosidade econômica para a prorrogação dos contratos de serviço continuada estará assegurada, dispensando a realização de pesquisa de mercado, quando:*

*(...)*

*9.1.17.2 houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais;" (nosso grifo).*

Em última análise, pode-se afirmar que a contratação plurianual cria uma estabilidade, tanto para a



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 7 de

Administração Pública, quanto para a empresa prestadora do serviço, pois mantém o serviço de uso prolongado e reduz custo administrativo devido aumento do lapso temporal entre licitações.

Quanto à previsão de reajuste, considerando intenção de contratação por 60 meses, faz-se necessária a previsão legal de possibilidade de reajuste de preços do contrato, uma vez que é direito da contratada solicitar o reajuste de do contrato, com base em índice oficial para compensar os efeitos da desvalorização da moeda nos custos de produção ou dos insumos utilizados, reposicionando os valores reais originais pactuados, neste sentido, o presente estudo conclui como necessário incluir a previsão legal que esta descrita no item REAJUSTAMENTO do Termo de Referência.

**Justificativa para a Não Adoção do Sistema de Registro de Preços:**

**Art. 290.** O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Pela análise do art. 290 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, o qual postula a adoção do sistema de registro de preços preferencialmente, o presente ETP analisou os incisos do artigo e observou-se que a opção pelo SRP, se enquadra nos incisos I e II, porém não se enquadra ao disposto no inciso III do Art.290, uma vez que a contratação visa contratação de CEQ com características próprias para atender as necessidades do LAC-HPM, visto que a RDC Nº 978, de 06 de junho de 2025, exige que seja realizado CEQ para todos os exames processados. Por fim em análise do inciso IV, o presente procedimento não se enquadra, visto que é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração com base nos procedimentos de contratação de anos anteriores. Estimativa das Quantidades para Contratação.

Dessa forma, a adoção do sistema não traria benefícios operacionais ou econômicos, sendo mais apropriada a contratação direta por meio de processo licitatório específico.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de Controle Externo de Qualidade (CEQ), com envio regular de amostras-teste para avaliação de desempenho analítico dos exames realizados pelo Laboratório de Análises Clínicas do Hospital da Polícia Militar do Paraná (LAC-HPM), conforme as exigências da Resolução ANVISA nº 978, de 6 de junho de 2025, que dispõe sobre o funcionamento dos Serviços que executam Exames de Análises Clínicas (EAC).

A solução contratual prevê o fornecimento, pela empresa especializada, de kits mensais padronizados contendo amostras de controle para ensaios de proficiência, análise interlaboratorial e comparações estatísticas, de forma a garantir a rastreabilidade, confiabilidade e qualidade dos resultados laboratoriais emitidos pelo LAC-HPM.

O serviço abrangerá todas as áreas técnicas do laboratório.

Cada kit mensal deverá conter amostras devidamente identificadas, com volume mínimo de 2 mL por método de análise, acompanhadas de manual técnico em português, contendo orientações quanto ao manuseio, reconstituição e armazenamento. As amostras deverão estar acondicionadas de forma a garantir sua integridade, conforme normas da ABNT e boas práticas de transporte de material biológico humano (RDC nº 504/2021).

A empresa contratada deverá ainda disponibilizar plataforma eletrônica (ambiente virtual) para registro e submissão dos resultados, análise estatística e emissão de relatórios de desempenho, assegurando suporte técnico remoto para esclarecimento de dúvidas e interpretação dos dados.

O programa de CEQ deverá fornecer relatórios mensais, trimestrais e anuais, contendo indicadores de desempenho (média, desvio padrão, coeficiente de variação e desvio relativo), com emissão de Certificado de Proficiência Anual, devidamente assinado por responsável técnico habilitado e registrado em conselho de classe competente.

A entrega dos kits será realizada mensalmente, até o dia 20 de cada mês, no endereço do LAC-HPM (Av. Omar Sabbag, nº 894 – Jardim Botânico – Curitiba/PR), em horário comercial, mediante protocolo de recebimento.

A contratada deverá garantir que eventuais não conformidades (como avarias, contaminações ou falhas de identificação) sejam corrigidas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus adicional à Administração. O contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses.



#### 4. PESQUISA DE PREÇO

4.1. Informamos que a pesquisa de preço foi realizada em conformidade ao artigo 368 do Decreto Estadual 10.086/2022. Os meios utilizados para a composição da cesta de preços, visando aferir o preço de mercado, e visando maior amplitude possível de fontes, foram:

4.1.1. I e II- Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços, nos bancos de preços do Sistema GMS, ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente:

4.1.1.1. **Cotação com Preço Registrado no sistema GMS:** Localizado processos conforme consta no MAPA DE PREÇO COT. 1 e COT.2, informo ainda que foi utilizado valores dentro do prazo de 180 dias para vencimento. Aplicado rejuste <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>;

4.1.1.2. **Portal Nacional de Contratações Públicas- PNCP:** Localizado processos conforme consta no MAPA DE PREÇO COT. 3 a COT.8. Aplicado rejuste <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>;

4.1.1.3. **Banco de preços da saúde:** Não se aplica a serviço.

4.1.1.4. **Comprasnet** <http://comprasnet.gov.br/Livre/Ata/ConsultaAta00.asp>: Sem êxito, conforme PESQUISA DE PREÇO SEM ÊXITO.

4.1.2. III - Utilização de dados de pesquisa de preços publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo estadual ou federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso:

4.1.2.1. Para o presente objeto, **a prestação do serviço não se aplica a essa metodologia de pesquisa.**

4.1.3. IV - a pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores ou prestadores de serviços, conforme o caso, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores:

4.1.3.1. Realizada pesquisa de preço no sistema GMS e enviada o aviso aos fornecedores que possuem o cadastro no GMS, pesquisas nº 39618/2025 respeitando os **05 dias úteis**, foram enviadas a todos os fornecedores da classe (0606) do item licitado, o qual não teve retorno, segue conforme PESQUISA DE PREÇO SEM ÊXITO;

4.1.3.2. **Escolha dos fornecedores:** Repassado pelo setor técnico demandante LAC-HPM, que em consulta ao site da ANVISA, foram localizadas apenas 02 (duas) empresas provedoras de ensaios de proficiência na área, habilitadas pela ANVISA/REBLAS (órgão do Ministério da Saúde) aptas para atuar no cenário nacional. E foi realizada uma busca no sistema GMS com fornecedores da classe (606) e também no PNCP com empresas ganhadoras de processos similares, com intuito de atingir o maior numero possível de prestadores do serviço, atingindo a quantidade de 31 empresas.

4.1.4. V - a pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas ou no aplicativo Notas Paraná:

4.1.4.1. **Base Nacional de NFs Portal da Transparência** (<https://portaldatransparencia.gov.br/notas-fiscais/lista-consultas>): sem êxito. Segue conforme PESQUISA DE PREÇO SEM ÊXITO;

4.1.5. VI – Tabelas oficiais:

4.1.5.1. Para o presente objeto, **a prestação do serviço não se aplica a essa metodologia de pesquisa.**

4.2. Utilizou-se a média saneada para determinação do valor máximo para o presente processo, conforme Decreto n.º 10.086, de 2022:

*§1º A utilização, ou não, de quaisquer dos parâmetros constantes dos incisos I a VI do caput deste artigo deverá ser devidamente justificada pela autoridade competente.*

*§ 3º Para a obtenção do valor estimado da contratação, serão utilizados como métodos a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços e previamente condensados no mapa de formação de preços, sempre de forma justificada, e desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata os incisos I a VI do caput deste artigo.*

*§ 5º Deverão ser desconsiderados para os fins do contido no §§ 3º e 4º deste artigo os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.*



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 9 de

**4.2.1.** Optou-se pela aplicação da metodologia de Média Saneada, com o objetivo de eliminar distorções nos valores obtidos na pesquisa de preços, garantindo uma amostra mais representativa e homogênea. A metodologia prevê a exclusão de valores que se encontram fora dos limites previamente estabelecidos, promovendo, assim, uma maior precisão na definição da média.

**4.2.2.** Durante a análise dos preços coletados, verificou-se a existência de distorções significativas na amostra, comprometendo sua homogeneidade. Em conformidade com as boas práticas de análise de dados e normativas correlatas, foi adotada uma abordagem de avaliação crítica dos valores apresentados. Para assegurar que apenas valores adequados sejam considerados, recorreu-se ao uso do Coeficiente de Variação (CV) como critério técnico de homogeneidade da amostra. Com base em parâmetros de confiabilidade estatística, definiu-se um limite de 25% para o Coeficiente de Variação, sendo esse critério um referencial objetivo para excluir valores discrepantes e garantir a consistência da análise.

**4.2.3.** A aplicação da Média Saneada (MS) se baseia nos seguintes cálculos:

1. Cálculo do Desvio-Padrão (DP) da amostra;
2. Adição do Desvio-Padrão à Média (M) para determinar o Limite Superior (LS);
3. Subtração do Desvio-Padrão da Média para estabelecer o Limite Inferior (LI).

**4.2.4.** Os valores que se encontram fora dos limites superior e inferior são desconsiderados para efeito de cálculo, assegurando que a amostra utilizada seja composta por dados estatisticamente representativos, em consonância com os princípios da razoabilidade e eficiência, conforme preceitua o art. 37 da Constituição Federal e a Lei nº 14.133/2021.

**4.2.5.** Essa metodologia visa garantir que a formação do preço esteja alinhada com o princípio da economicidade e da vantajosidade, assegurando que os valores adotados sejam os mais próximos da realidade do mercado, sem influências de preços anômalos que poderiam comprometer a justa composição da base de cálculo.

**4.3.** **Certifico** que o valor previamente estimado neste processo é compatível com o praticado no mercado conforme os valores localizados na PESQUISA DE PREÇO.

**4.4.** Na presente licitação **não** será admitida proposta parcial, considerando que:

**4.4.1.** A possibilidade de ofertar proposta parcial prejudicará o ganho em escala, se mostrando desvantajoso para a Administração Pública;

**4.4.2.** As empresas possuem capacidade para atendimento à totalidade do objeto;

**4.4.3.** Fica inviável o controle logístico no gerenciamento do contrato;

## **5. PARCELAMENTO DO OBJETO**

**5.1.** O presente processo foi elaborado em **LOTE ÚNICO**, devido à natureza indivisível do objeto, visto que de acordo com a legislação vigente faz-se necessário que seja documentado o desempenho total dos serviços prestados aos usuários, sendo impraticável a avaliação avulsa por analítico individualmente, levando a uma comparação interlaboratorial equivocada e diminuindo a de forma acentuada a capacidade do programa de qualidade em avaliar o desempenho analítico do laboratório, contrariando o preconizado nas Boas Práticas de Laboratório e recomendações de entidades científicas e autoridades sanitárias.

*RDC Nº 978, de 06 de junho de 2025:*

*Art. 87. "A Gestão do Controle da Qualidade (GCQ) deve ser documentado e ter sua efetividade monitorada pelo Responsável Técnico por meio de indicadores de desempenho."*

*V - relatório de desempenho do Controle Externo da Qualidade (CEQ) de todos os exames realizados pelo Serviço que executa EAC que utilizar amostras controle comercial, emitido pelo Provedor de Ensaio de Proficiência com uma frequência mínima anual.*

## **6. SUSTENTABILIDADE**

**6.1.** O contratado adotará as seguintes práticas de sustentabilidade:

- I. que use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- II. que adote medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- III. que observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, ou outra que venha sucedê-la, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- IV. que forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- V. que realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- VI. que realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 10 de

Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto nº 4.167, de 20 de janeiro de 2009; que respeite as Normas Brasileiras — NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos;

VII. que preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Lei nº 16.075, de 1º de abril de 2009.

## **7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**7.1.** O presente processo será conduzido na modalidade Pregão Eletrônico, permitindo a participação de empresas enquadradas como **Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), bem como aquelas em ampla concorrência**, conforme o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, em observância aos princípios da isonomia, da ampla competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

### **7.2. Justificativa Técnica**

**7.2.1.** Em consulta ao portal institucional da ANVISA, foi constatado que apenas duas (02) empresas encontram-se habilitadas pela ANVISA/REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde) como provedoras de ensaios de proficiência (Controle Externo de Qualidade) na área de Análises Clínicas, aptas a atuar em todo o território nacional.

**7.2.2.** Complementarmente, procedeu-se à verificação do enquadramento empresarial dessas instituições por meio da consulta de seus respectivos CNPJs, sendo confirmado que ambas se classificam como empresas de porte “Demais”, ou seja, não se enquadram como Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme critérios definidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

**7.2.3.** O art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 dispõe que:

*“Para o cumprimento do disposto no art. 47, a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).”*



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 11 de

**7.2.4.** Entretanto, conforme o art. 49, inciso III, da mesma Lei Complementar, o tratamento diferenciado não se aplica quando não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

**7.2.5.** Diante desse cenário, verifica-se que o mercado fornecedor é restrito e especializado, composto exclusivamente por empresas de maior porte, o que impossibilita a realização de certame destinado exclusivamente a ME e EPP, mesmo considerando que o valor estimado da contratação é inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

**7.2.6.** Ademais, o objeto apresenta características de indivisibilidade técnica e operacional, exigindo uniformidade metodológica, rastreabilidade e continuidade dos ensaios de proficiência, o que reforça a impossibilidade de fracionamento do objeto sem prejuízo à eficiência e à padronização do serviço.

**7.2.7.** Portanto, a realização do certame em ampla concorrência é a medida mais vantajosa e tecnicamente viável para a Administração, atendendo ao disposto no art. 49, inciso III, da LC nº 123/2006 e ao art. 12, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, que veda o fracionamento indevido do objeto.

**7.3.** Fica mantido a aplicação do **empate ficto** previsto no art. 44 e art. 45 da LC 123/2006.

## **8. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMO COMUNS**

**8.1.** Trata-se de serviço comum, conforme estabelece o inciso I do art. 392 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

**8.2.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 10.086, de 2022, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 414 do citado decreto, cuja execução indireta é vedada.

**8.3.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**8.4.** O serviço de Controle Externo de Qualidade (CEQ) caracteriza-se como serviço comum de natureza técnica, uma vez que envolve a prestação padronizada e objetiva de atividades laboratoriais de monitoramento de desempenho analítico, mediante o fornecimento de kits de ensaios de proficiência, avaliação estatística interlaboratorial e emissão de relatórios e certificados.

**8.4.1.** Tais atividades são padronizadas por normas técnicas e regulatórias (como as da ANVISA, ABNT e REBLAS), não exigindo desenvolvimento de metodologia exclusiva, dedicação exclusiva de profissionais ou personalização sob demanda. O serviço consiste essencialmente na execução de procedimentos laboratoriais repetitivos e mensuráveis, que permitem comparação objetiva de resultados, enquadrando-se plenamente no conceito de serviço comum previsto no Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**8.4.2.** Além disso, o contrato tem caráter continuado, visando garantir a regularidade do controle de qualidade dos exames laboratoriais ao longo de todo o período de vigência (60 meses), sem, contudo, implicar disponibilização permanente de mão de obra ou alocação exclusiva de recursos humanos pela contratada.

**8.4.3.** Assim, sob o ponto de vista técnico e administrativo, o objeto atende aos requisitos para classificação como serviço comum de natureza continuada, apto a ser contratado por Pregão Eletrônico, em conformidade com o art. 392, inciso I, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e o art. 6º, inciso XXII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

**9.1.1.** Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

**9.1.2.** A solução deve propiciar a prestação de serviços de controle de qualidade externo de todos os exames listados na solução como um todo;

**9.1.2.1.** A solução deve prever capacidade para atender todos os requisitos legais para atuar como provedora de ensaios de proficiência para laboratório de análises clínicas conforme legislação vigente, bem como suas atualizações;

**9.1.2.2.** A solução deve prever capacidade para entregar os kits com amostras-teste no endereço da Contratante em condições ótimas para análise, sendo que o transporte deve seguir as normas de boas práticas para o transporte de material biológico humano – RDC nº 504 de 27 de maio de 2021;

**9.1.2.3.** A solução deve prever a capacidade de envio dos resultados em sistema (ambiente virtual);

**9.1.2.4.** A solução deve prever avaliação dos resultados da Contratante;



**ESTADO DO PARANÁ**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 12 de

**9.1.2.5.** A solução deve prever disponibilidade de emissão de relatórios de desempenho da Contratante, bem como faixas de desvio padrão e rastreabilidade dos ensaios mensais;

**9.1.3.** A solução deve prever a disponibilidade de emissão de certificado de proficiência, de forma a garantir a Contratante, que é participante de um programa de CEQ, em concordância com o exigido na RDC Nº 978, de 06 de junho de 2025;

**9.1.4.** O contrato terá duração de 60 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base no artigo 107 da Lei 14.133, de 2021.

**9.1.5.** Segue tabela do estudo técnico preliminar para comprovar soluções de mercado:

SOLUÇÃO	MODALIDADE	VANTAGENS	DESVANTAGENS
<b>Solução 1.</b>	Licitação	Atende a necessidade institucional; Publicidade da contratação;	Morosidade
<b>Solução 2.</b>	Dispensa de licitação	Atende a necessidade institucional; Agilidade na contratação;	O valor da contratação ultrapassa o valor previsto contratação através de dispensa de licitação
<b>Solução 3.</b>	Credenciamento	Agilidade	A contratação não se ajusta a necessidade legal do modelo;
<b>Solução 4.</b>	Registro de Preços	Registrar o preço de determinado material ou serviço que seja do interesse de mais de uma instituição do poder público	Não enquadra os incisos III e IV do Art. 290 do Decreto 10.086 de 2022; A necessidade o órgão possui características próprias que diferem dos demais órgãos ou entidade do estado;
<b>Solução 5.</b>	Adesão a ARP	Agilidade na aquisição. Economia de recursos financeiros visto que o processo licitatório já foi realizado por outro órgão gerenciador	Não foi localizada ARP com as especificações necessárias para atender as necessidades da instituição; Dependência da anuência do órgão gerenciador e da empresa vencedora;



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 13 de

**9.2.** Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

**10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE**

**10.1.** São obrigações do Contratado:

**10.1.1.** executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

**10.1.2.** reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**10.1.3.** Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

**10.1.4.** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

**10.1.5.** utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**10.1.6.** zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

**10.1.7.** apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

**10.1.8.** responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

**10.1.9.** atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

**10.1.10.** instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

**10.1.11.** instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

**10.1.12.** relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

**10.1.13.** não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**10.1.14.** manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;

**10.1.15.** manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**10.1.16.** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

**10.1.17.** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

**10.1.17.1.** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**10.1.17.2.** superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

**10.1.17.3.** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**10.1.17.4.** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

**10.1.17.5.** impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 14 de

**10.1.17.6.** omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

**10.1.18.** ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) e a respectiva documentação técnica associada, para livre uso e alteração pela Administração Pública em outras ocasiões, nos termos do artigo 93 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

**10.1.19.** Ceder os direitos e fornecer os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio;

**10.1.20.** Garantir ao contratante:

**10.1.20.1.** o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

**10.1.20.2.** os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiras subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do contratante.

**10.1.21.** Manter, durante o período de vigência do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o pregão, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional, quando couber;

**10.1.22.** Responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe proibida a subcontratação do objeto sem previsão editalícia e autorização expressa do órgão ou entidade contratante;

**10.1.23.** Manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefone, o e-mail e o nome da pessoa autorizada para os contatos que se fizerem necessários com o contratante.

**10.1.24.** A contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos previstos em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

**10.2.** São obrigações do Contratante:

**10.2.1.** Receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

**10.2.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

**10.2.3.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

**10.2.4.** Comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**10.2.5.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

**10.2.6.** Efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

**10.2.7.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

**10.2.8.** Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**10.2.9.** Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**10.2.10.** Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;



**ESTADO DO PARANÁ**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 15 de

## **11. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**11.1.** Não será exigida garantia.

**11.2.** Visto que o valor do contrato é baixo e conforme a descrição do objeto o fornecedor só receberá após execução do serviço mensalmente, ainda a administração contrata este tipo de serviço a mais de 10 anos e pelo histórico não o risco de inadimplência é muito baixo.

## **12. FORMA DE PAGAMENTO**

**12.1.** O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**12.2.** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**12.2.1.** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**12.3.** O prazo estabelecido no item 12.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

**12.3.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**12.4.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 16 de

**12.5.** O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

**12.6.** Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

**12.7.** A Nota Fiscal/Fatura deverá ser encaminhada em formato PDF (portable document format) e conter, além das informações exigidas em Lei, o número do Contrato, número do Edital de dispensa e respectivo Lote, o período de execução do serviço e, quando assim solicitado, o número da nota de empenho (a ser fornecido pela contratante). No corpo da nota devem estar detalhados os serviços realizados e o recolhimento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica. O PIS, COFINS e CSLL não devem ser discriminados na Nota Fiscal, devendo ser recolhidos diretamente pelo prestador de serviço conforme Art. 33 da Lei Federal 10.833/2003.

**12.7.1.** A nota fiscal deverá ser emitida conforme o CNPJ e endereço do órgão pagador constante na nota de empenho correspondente.

**12.7.2.** O CNPJ do prestador de serviços constante da Nota Fiscal/Fatura deverá ser o mesmo indicado no ato do processo licitatório, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

**12.8.** O pagamento ao contratado somente será efetuado após a apresentação dos documentos comprobatórios dos serviços prestados e será realizado mediante ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, referente ao mês findo e após atestada, pelo contratante, a prestação do(s) respectivo(s) serviço(s).

**12.9.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta em virtude de penalidades, inadimplência ou irregularidades nas certidões de tributos, conforme legislação vigente;

**12.10.** Em cumprimento ao Decreto nº 4.505/16, e Resolução SEFA nº 827/2021 a CONTRATADA deverá fornecer dados de conta-corrente no Banco do Brasil, o qual detém com exclusividade, a prestação dos serviços bancários relacionados à centralização e ao processamento de pagamentos e repasses a credores e fornecedores, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, no Estado do Paraná.

**12.11.** Se CONTRATANTE optante pelo SIMPLES NACIONAL deverá constar na Nota Fiscal.

### **13. DO REAJUSTAMENTO**

**13.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

**13.2.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, MEDIANTE SOLICITAÇÃO DA CONTRATADA, pelo Índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo-IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**13.2.1.** A escolha do IPCA como índice de reajuste foi embasada em estudo comparativo dos principais índices inflacionários utilizados em contratos administrativos nos últimos 5 (cinco) anos. Os dados demonstram que, embora todos apresentem variações compatíveis, o **IPCA** revelou-se o índice com menor oscilação acumulada, o que proporciona maior previsibilidade e equilíbrio econômico-financeiro para ambas as partes contratantes;

**13.2.2.** Segue quadro comparativo dos índices analisados:

Ano	IPCA/IBGE	IPC/FIPE	INPC
2020	4,52%	5,62%	5,45%
2021	10,06%	9,74%	10,16%
2022	5,79%	7,32%	5,93%
2023	4,62%	3,15%	3,71%
2024	4,39%	4,68%	4,77%
<b>Total</b>	<b>29,38%</b>	<b>30,51%</b>	<b>30,02%</b>



ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 17 de

**13.2.3.** Com base no quadro acima, verifica-se que o **IPCA acumulado foi de 29,38%**, inferior aos índices IPC/FIPE e INPC no mesmo período, o que evidencia seu comportamento mais estável e adequado à natureza dos serviços contratados;

**13.2.4.** A escolha do IPCA é corroborada pelas projeções oficiais constantes do *Boletim Focus do Banco Central*, que indicam que esse índice deverá manter-se como o principal medidor da inflação oficial e com menor expectativa de alta nos próximos exercícios, o que reforça sua utilização como instrumento de reajuste justo e controlado.

Expectativas de Mercado													31 de outubro de 2025							
													▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade							
Mediana - Agregado	2025					2026					2027					2028				
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **
IPCA (variação %)	4,80	4,56	4,55	▼ (6)	147	4,51	90	4,28	4,20	4,20	=(1)	146	4,20	89	3,90	3,82	3,80	▼ (3)	124	111
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,16	2,16	2,16	=(1)	117	2,17	50	1,80	1,78	1,78	=(1)	113	1,75	48	1,90	1,83	1,80	▼ (2)	81	71
Câmbio (R\$/US\$)	5,45	5,41	5,41	=(1)	124	5,41	63	5,53	5,50	5,50	=(3)	120	5,50	63	5,56	5,50	5,50	=(1)	89	81
Selic (% a.a.)	15,00	15,00	15,00	=(19)	141	15,00	77	12,25	12,25	12,25	=(6)	140	12,00	76	10,50	10,50	10,50	=(19)	110	96
IGPM (variação %)	0,96	0,49	-0,20	▼ (8)	75	-0,46	41	4,20	4,20	4,08	▼ (1)	73	4,00	39	4,00	4,00	4,00	=(42)	64	57
IPCA Administrados (variação %)	4,81	4,92	4,95	▲ (1)	100	4,92	61	3,97	3,89	3,87	▼ (3)	98	3,82	61	4,00	3,85	3,85	=(1)	65	56
Conta corrente (US\$ bilhões)	-68,16	-70,80	-71,33	▼ (4)	38	-72,60	19	-65,00	-65,00	-65,25	▼ (1)	38	-66,96	19	-50,00	-60,00	-60,20	▼ (1)	25	20
Balança comercial (US\$ bilhões)	64,40	61,99	61,99	=(1)	39	61,00	19	67,35	65,80	66,00	▲ (2)	39	66,00	19	75,45	74,99	74,89	▼ (2)	26	19
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	70,00	70,00	70,00	=(46)	36	71,00	18	70,00	70,00	70,00	=(32)	36	70,00	18	71,20	71,20	71,40	▲ (2)	25	20
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	65,76	65,80	65,80	=(1)	52	65,80	24	70,08	70,08	70,11	▲ (1)	51	70,00	23	71,90	73,80	73,80	=(1)	42	39
Resultado primário (% do PIB)	-0,50	-0,50	-0,50	=(4)	61	-0,53	28	-0,60	-0,60	-0,60	=(11)	60	-0,60	27	-0,40	-0,40	-0,40	=(5)	46	41
Resultado nominal (% do PIB)	-8,50	-8,50	-8,50	=(8)	52	-8,50	26	-8,40	-8,50	-8,61	▼ (2)	51	-8,70	25	-7,40	-7,50	-7,50	=(1)	41	37

\* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento \*\* respondentes nos últimos 30 dias \*\*\* respondentes nos últimos 5 dias úteis

— 2025

— 2026

— 2027

— 2028

Fonte (Acesso em: 07/11/2025): <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>  
<https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20250711.pdf>



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 18 de

**13.2.5.** A adoção do IPCA proporciona **maior segurança jurídica e previsibilidade econômica** ao contrato, sendo vantajosa para a Administração, pois:

- a) Garante o **reequilíbrio econômico-financeiro contratual** em consonância com a inflação real;
- b) Reduz a possibilidade de **cancelamentos unilaterais, descontinuidade da prestação do serviço ou inadimplência** por parte das contratadas, motivados por defasagem de preços;
- c) Favorece **maior competitividade no processo licitatório**, com participação de empresas que se sentem protegidas por mecanismos de atualização financeira claros e transparentes;
- d) Contribui para a **eficiência da gestão contratual**, evitando a necessidade de revisões emergenciais ou pleitos administrativos complexos.

**13.2.6.** O contratado ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

**13.2.7.** O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até trinta dias antes do fim de cada período de doze meses.

**13.2.8.** A data-base do reajuste fica fixado em **09 de DEZEMBRO de 2025** (data do mapa de formação de preço) preço estimado.

**13.2.9.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**13.2.10.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**13.2.11.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**13.2.12.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**13.2.13.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**13.2.14.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**13.2.15.** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**13.2.16.** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

**13.2.17.** Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

#### **14. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Os requisitos de habilitação são aqueles previstos nos Documentos de Habilitação (Anexo II do Edital).

#### **15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**15.1.** É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

**15.1.1.** Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

**15.1.2.** Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e

**15.1.3.** Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

**15.2.** A alteração subjetiva a que se refere o item 15.1 deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ao contrato.

#### **16. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

**16.1.** O serviço terá início em 20 [vinte] dias úteis a contar da publicação em diário oficial do contrato assinado.

**16.2.** Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 10 [dez] dias.

**16.2.1.** Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 19 de

**16.3.** Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

**16.4.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dias) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**16.4.1.** Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**16.5.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

**16.6.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custa do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## **17. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

**17.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **ANEXO A** deste TR, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o contratado:

**17.1.1.** Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**17.1.2.** Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**17.1.3.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**17.2.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

**17.2.1. Amostras-teste:** As amostras-teste deverão ser entregues devidamente identificadas, em perfeitas condições de embalagem e estabilidade, e em quantidades e qualidade suficientes para atender às demandas estimadas. Serão considerados insatisfatórios os casos de recebimento de amostras contaminadas, sem identificação, com avarias ou em quantidade insuficiente para análise.

**17.2.2. Prazo de Entrega:** Os kits de amostras-teste deverão ser enviados em tempo hábil para execução das análises. Em caso de avaria, a contratada deverá realizar a substituição do kit em até 5 (cinco) dias úteis, prorrogando-se o prazo para submissão dos resultados da Contratante pelo mesmo período. O envio fora do prazo, bem como a não substituição tempestiva dos kits avariados, implicará avaliação negativa do desempenho.

**17.2.3. Submissão de Resultados:** A contratada deverá garantir o pleno funcionamento do ambiente virtual (software) para submissão dos resultados das análises até a data final estabelecida. A indisponibilidade do sistema no período de submissão será considerada falha na execução contratual.

**17.2.4. Relatórios de Avaliação:** A contratada deverá disponibilizar relatórios mensais de avaliação de desempenho, contendo os resultados das análises com parâmetros estatísticos calculados, tais como média, desvio padrão, coeficiente de variação e desvio relativo à média, em comparação aos resultados do laboratório de referência. A ausência dos relatórios ou de parâmetros estatísticos exigidos configurará não conformidade.

**17.2.5. Notificação de Incidentes:** A contratada deverá notificar imediatamente a Contratante em caso de eventos adversos relacionados à entrega ou qualidade dos kits-teste, inconsistências no ambiente virtual ou quaisquer ocorrências que possam comprometer a avaliação mensal. A omissão na comunicação será considerada falha grave.

## **18. SUBCONTRATAÇÃO**

**18.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**18.2.** A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 20 de

**18.3.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**18.4.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **19. VISTORIA**

**19.1.** Não se aplica.

## **20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

**20.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**Gestão/Unidade:** 3922.06.302.30.8179 e 3966.06.302.30.8614 – Serviços de Saúde – HPM e 3922.06.181.30.8501 e 3966.06.181.30.8605 – Ações do Comando Geral da Polícia Militar,

**Fonte de Recursos:** 500.000000, 501.000147, 703.000148, 752.000111, 759.000112, 759.000113, 759.000157, 756.000260;

**Programa de Trabalho:** 8179, 8614, 8501 e 8605;

**Elemento de despesa:** 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

**20.2.** Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento com a previsão da contratação no Plano de Contratações Anual — PCA (inciso II do § 1º do art. 18, da lei Federal nº 14.133/2021 e inciso II do § 1º art. 15, do Decreto Estadual nº 10.086/2022);

SESP – PCA 2026	Número de Ordem	Tipo de item
	1631	Controle de Qualidade Laboratorial

**2026**

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/12RXJBRej6qyi6SCTdbjRfbs5nMbYUo0k/edit?gid=1294913052#gid=1294913052>

## **21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

## **22. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.**

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

**Curitiba, 09 de dezembro de 2025.**

*(assinado eletronicamente)*

Cb.QPM1-0 Edilene Albers Moreira

**Agente de Contratação PMPR- DS/DS4**




**ESTADO DO PARANÁ**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 21 de

**ANEXO A**

	<b>Instrumento de Mensuração de Resultado</b>	<b>Código:</b> FOR.DP.006
<b>Empresa:</b>		<b>Referência Mês/Ano:</b>
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Pontuação</b>
<b>1.</b>	<b>Amostras-teste</b>	
a)	Amostras-teste devidamente identificadas, recebidas em perfeitas condições de embalagem e estabilidade em condições ótimas para análise;	9
b)	Amostras-teste em quantidades e qualidade suficientes para atender as demandas estimadas;	
	Amostras-teste recebidas em embalagem inadequada, sem identificação, com avaria ou contaminadas;	7
	Amostras-teste recebidas contaminadas ou em quantidades insuficientes para análise requerida;	5
<b>2.</b>	<b>Prazo de Entrega</b>	
	Todos os aspectos adequados:	
a)	Envio do kit amostras-teste em tempo hábil para execução das análises;	9
b)	Em caso de avaria do kit, entregar kit em substituição em até 5 dias úteis e prorrogar o prazo para submissão dos resultados da Contratante em até 5 dias úteis	
	Recebimento do kit de amostras-teste fora do prazo previsto para análise;	5
	Não envio ou envio do kit de substituição fora do prazo ou não permitir submissão de resultados com prazo estendido	5
<b>3.</b>	<b>Submissão de Resultados da Contratante</b>	
a)	Disponibilidade de submissão dos resultados no software da contratada;	9
	Indisponibilidade do site de submissão dos resultados das amostras até a data final;	7
<b>4.</b>	<b>Relatórios</b>	
	Todos os aspectos adequados:	
a)	Disponibilidade de relatórios de avaliação das análises com índices de desempenho mensais;	9
b)	Dados analisados calculados, com parâmetros estatísticos como média, desvio padrão, coeficiente de variação e desvio relativo à média em relação aos resultados obtidos pelo laboratório de referência;	
	Indisponibilidade de relatórios de avaliação mensal	5
	Indisponibilidade de dados de índices de desvio padrão, coeficiente de variação e desvio relativo à média	4
<b>5.</b>	<b>Notificação de Incidentes</b>	



**ESTADO DO PARANÁ**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 22 de

Todos os aspectos adequados: A contratada deve notificar a Contratante imediatamente caso detectar eventos adversos em relação a entrega ou qualidade do kit teste, inconsistências no ambiente virtual, ou outras situações que porventura causar prejuízo a avaliação mensal da Contratante			9
Ausência de notificação de eventos que interfiram na avaliação mensal da Contratante			5
<b>Total da Pontuação Obtida</b>			
<b>Avaliação</b>	<b>Faixa de Pontuação Obtida</b>	<b>Percentual de Desconto</b>	<b>PERCENTUAL A SER DESCONTADO: %</b>
Ótimo	29 a 39	0%	FISCAL CT
Bom	18 a 28	1%	
Razoável	7 a 17	2%	
Insatisfatório	3 a 6	3%	Assinatura do Profissional Responsável
Péssimo	1 a 3	4%	Data:
<b>OBSERVAÇÃO :</b>			



## ANEXO II

### DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

**1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL** de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), e os documentos dos itens 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7. Os licitantes que não estiverem com os documentos válidos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), deverão apresentar todos os documentos relacionados a seguir:

**1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:** Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

**1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal nº 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

### **1.4 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**1.4.1** O fornecedor deverá encaminhar:

**1.4.1.1** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**1.4.1.2** para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**1.4.1.3** os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**1.4.1.3.1** as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**1.4.1.4** a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}};$$



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026  
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

EDITAL (página 24 de

Ativo Circulante  
LC = -----; e  
Passivo Circulante

**1.4.1.5** As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 01 (um) no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 01 (um) no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 01 (um) no índice de Liquidez Corrente (LC).

**1.4.1.6** As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

**1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**1.5.1** 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s), no quantitativo mínimo de R\$ 20% do valor estimado da contratação.

**1.5.2** Comprovação de habilitação junto a REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde), de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC Nº 928, DE 25 DE SETEMBRO DE 2024, especificamente como provedora de ensaios de proficiência para laboratório de análises clínicas, com a finalidade de atender aos requisitos da RDC Nº 978, de 06 de junho de 2025 ou aquela que a substituir;

**1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).**

**1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP**, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO IX**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

**1.7.1** De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**1.7.1.1** A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

**1.8** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**1.9** Na hipótese do item 1.8.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**1.10** Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

**1.11** Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24 691 728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 25 de

apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.



ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 26 de

ANEXO III

MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 161 Ano: 2026

DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇO

Prestador de serviço	
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :
Endereço :	
Bairro:	
CEP:	Cidade: Estado:
Telefone:	Fax: e-mail:
Banco:	Agência: Conta-corrente:

1. Constitui objeto desta licitação: Prestação de serviços continuados de CONTROLE EXTERNO DE QUALIDADE, para atender a demanda do Laboratório de Análises Clínicas do Hospital da Polícia Militar do Paraná (LAC-HPM), conforme especificações estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

LOTE ÚNICO							
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE CONTROLE EXTERNO DE QUALIDADE							
GMS	CATMAT	Descritivo	Unidade de cotação	Qtde	Valor unitário (Critério de Disputa)	Valor total 12 meses	Valor total 60 meses
0606- 63784	19127	Prestação de serviços de Controle Externo de Qualidade (CEQ) com envio de amostras para avaliação de desempenho dos exames (item 1.2.2);	Kit de Amostras- teste mensal	60	R\$	R\$	R\$

2. A validade da proposta é de 90 (noventa) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade do serviço contratado, inclusive, durante o período de garantia. O Contratado deverá reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais utilizados.

4. Os preços cotados contemplam todos os custos diretos, indiretos e despesas que compõem a prestação de serviços, tais como as despesas com impostos, taxas e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no Contrato.

5. Quando for o caso, os preços cotados contemplam o custo do fornecimento de materiais inerentes ao serviço e os demais relacionados ao objeto, conforme definido no Termo de Referência.

6. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

7. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo n.º 24.691.728-09

Pregão Eletrônico n.º 161/2026

EDITAL (página 27 de

**ANEXO IV**

**MODELO DE PROCURAÇÃO<sup>1</sup>**

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º 161/2026, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de prestação de serviços, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

\_\_\_\_\_  
OUTORGANTE

<sup>1</sup> A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo n.º 24.691.728-09

Pregão Eletrônico n.º 161/2026

EDITAL (página 28 de

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

**1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

**1.1.** Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**1.2.** Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES**

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

**3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL**

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

**4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS**

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

---

Nome do representante legal



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 29 de

**ANEXO VI  
LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

<b>Lote</b>	<b>OPM</b>	<b>Endereço</b>
1	LAC-HPM	Avenida Omar Sabbag, nº 894, Jardim Botânico, Curitiba/PR – CEP: 80.210-000;
<b>Responsável: Cb. QPMG 1-0 Wyllian Humberto Leal</b>		
<b>Telefone: (41) 3218-3580</b>		



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo n.º 24.691.728-09

Pregão Eletrônico n.º 161/2026

EDITAL (página 30 de

**ANEXO VII**

**MINUTA PADRÃO - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO**

CONTRATO N.ºXXXXXXXX

**CONTRATANTE** O ESTADO DO PARANÁ, através do órgão Secretaria de Estado da Segurança Pública, com sede na Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel, Curitiba/PR, CEP: 80.420- 170, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 76.416.932/0001-81, neste ato representado pelo Secretário de Segurança Pública, Cel PM RR Hudson Leôncio Teixeira, nomeado pelo Decreto n.º 12/2023 de 01/01/2023, inscrito no CPF sob o n.º 840.630.419-72, portador da carteira de identidade n.º 5.546.799-4.

**CONTRATADO(A):** [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador do RG n.º XXXXXXXX, expedido por XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º XXXX/2026 (protocolo n.º 24.691.728-0) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

**1 OBJETO:**

Prestação de Serviço contínuo de CONTROLE EXTERNO DE QUALIDADE, para atender a demanda do Laboratório de Análises Clínicas do Hospital da Polícia Militar do Paraná (LAC-HPM), conforme descrito no Termo de Referência.

<b>GMS E CATSERV</b>	0606-63784	
<b>DESCRIPTIVO</b>	Prestação de serviços contínuos de Controle Externo de Qualidade (CEQ) com envio de amostras para avaliação de desempenho dos exames (item 1.2.2);	
<b>Unidade de cotação</b>	Kit de Amostras-teste mensal	<b>QTDE 60</b>
<b>Valor Unitário</b>	<b>R\$</b>	
<b>VALOR PARA 12 MESES</b>	<b>R\$</b>	
<b>TOTAL PARA 60 MESES</b>	<b>R\$</b>	

**2 FUNDAMENTO:**

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 161/2026, objeto do processo administrativo n.º 24.691.728-0, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo n.º 24.691.728-09

Pregão Eletrônico n.º 161/2026

EDITAL (página 31 de

### **3 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:**

**3.1** O Contratante pagará ao Contratado o preço unitário previsto em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.

**3.2** O valor total do contrato estimado é de R\$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

**3.3** No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

### **4 REAJUSTE**

**4.1** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, a data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado, considerando a data de assinatura do Mapa de formação de Preços, 15/05/2026, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192/2001, utilizando-se do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**.

**4.1.1** O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até trinta dias antes do fim de cada período de doze meses.

**4.1.2** A assinatura do aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

**4.1.3** A ausência de solicitação formal de reajuste, na forma e no prazo previstos nesta cláusula, caracterizará renúncia tácita ao respectivo reajustamento.

**4.2** O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o § 6.º do art. 170 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, de ofício por parte da Administração Pública.

**4.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

**4.3.1** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**4.3.1.1** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

### **5 DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**5.1** A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**5.2** A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste edital, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**5.3** Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

**5.4** A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

### **6 EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:**

**6.1** A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

**6.2** O serviço terá início em 20 (vinte) dias a contar publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

**6.3** Os serviços serão prestados nos locais, conforme o **Anexo VI**, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

**.6.3.1 O kit teste deverá ser entregue de forma parcelada/mês até o dia 20 de cada mês.**

**6.4** Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; no prazo de **10 (dez) dias**.



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 32 de

**6.5** Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

**6.6** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**6.6.1** Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**6.7** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

**6.8** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**6.9** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no ANEXO A deste contrato, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o contratado:

**6.9.1** não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**6.9.2** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**6.9.3** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**6.10** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

**6.10.1** Amostras-teste;

**6.10.2** Prazo de entrega;

**6.10.3** Submissão de Resultados;

**6.10.4** Relatórios de Avaliação;

**6.10.5** Notificação de Incidentes.

## **7 FONTE DE RECURSOS:**

**7.1** A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

**Gestão/Unidade: 3922.06.302.30.8179, 3922.06.181.30.8501, 3924.06.302.31.8626;**

**Fonte de Recursos: 500.000000, 501.000147, 703.000101;**

**Programa de Trabalho: 30, 31**

**Elemento de Despesa: 3390.3950**

## **8 VIGÊNCIA:**

**8.1** O prazo de vigência do contrato é de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021, a contar da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

## **9 PAGAMENTO:**

**9.1** O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e da verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 33 de

**9.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**9.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**9.3** O prazo estabelecido no item 9.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

**9.3.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**9.4** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**9.5** O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

**9.6** Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## **10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE**

**10.1** São obrigações do Contratado:

**10.1.1** executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

**10.1.2** reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**10.1.3** Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

**10.1.4** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

**10.1.5** utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**10.1.6** zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 34 de

**10.1.7** apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

**10.1.8** responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

**10.1.9** atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

**10.1.10** instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

**10.1.11** instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

**10.1.12** relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

**10.1.13** não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**10.1.14** manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação;

**10.1.15** manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**10.1.16** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

**10.1.17** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

**10.1.17.1.** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

**10.1.17.2.** superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

**10.1.17.3.** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

**10.1.17.4.** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

**10.1.17.5.** impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

**10.1.17.6.** omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

**10.1.18.** ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) e a respectiva documentação técnica associada, para livre uso e alteração pela Administração Pública em outras ocasiões, nos termos do artigo 93 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

**10.1.19.** Ceder os direitos e fornecer os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio;

**10.1.20.** Garantir ao contratante:

**10.1.20.1.** o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

**10.1.20.2.** os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiras subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do contratante.



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 35 de

**10.1.21.** Manter, durante o período de vigência do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o pregão, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional, quando couber;

**10.1.22.** Responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe proibida a subcontratação do objeto sem previsão editalícia e autorização expressa do órgão ou entidade contratante;

**10.1.23.** Manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefone, o e-mail e o nome da pessoa autorizada para os contatos que se fizerem necessários com o contratante.

**10.1.24.** A contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos previstos em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.

**10.2.** São obrigações do Contratante:

**10.2.1.** Receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

**10.2.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

**10.2.3.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

**10.2.4.** Comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**10.2.5.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

**10.2.6.** Efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

**10.2.7.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

**10.2.8.** Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**10.2.9.** Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**10.2.10.** Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

## **11 DA GARANTIA DA EXECUÇÃO**

**11.1.** Não será exigida garantia.

**11.2.** Visto que o valor do contrato é baixo e conforme a descrição do objeto o fornecedor só receberá após execução do serviço mensalmente, ainda a administração contrata este tipo de serviço a mais de 10 anos e pelo histórico não o risco de inadimplência é muito baixo.

## **12 PENALIDADES:**

**12.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**12.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 36 de

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**12.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**12.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

**12.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**12.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**12.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**12.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**12.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**12.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

**12.10** As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

### **13 CASOS DE EXTINÇÃO:**

**13.1.** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em na Lei 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e neste contrato.

**13.2.** Constituem motivo para extinção do contrato:

**13.2.1.** O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

**13.2.2.** O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

**13.2.3.** A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;

**13.2.4.** O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

**13.2.5.** A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

**13.2.6.** A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;

**13.2.7.** O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

**13.2.8.** O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;

**13.2.9.** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;

**13.2.10.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

**13.2.11.** A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 37 de

**13.2.12.** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**13.2.13.** A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;

**13.2.14.** Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

**13.2.15.** A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;

**13.2.16.** A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

**13.2.17.** O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

**13.2.18.** A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

**13.2.19.** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.

**13.2.20.** O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

**13.2.21.** A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

**13.2.22.** O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

**13.3** O presente instrumento poderá ser extinto:

**13.3.1** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**13.3.2** consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

**13.3** determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**13.4** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

**13.5** Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

**13.6** O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

**13.7** O presente contrato poderá ser extinto, a qualquer tempo, por ato unilateral da Administração, sem ônus para esta, nas hipóteses de ausência de vantagem na continuidade da avença ou de insuficiência de crédito orçamentário, observado o disposto no art. 106, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

#### **14 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

**14.1** Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133. de 2021.



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 38 de

**14.1.1** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.2** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

**14.2.1** sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

**14.2.2** sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

**14.2.3** não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**14.3** As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

**14.4.** Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

## **15. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**15.1** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**16.1** O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

**16.2** O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

**16.3** Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificada neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

**16.4** Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

**16.5** o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

**16.6** o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

**16.7** O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

**16.8** O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**16.9** A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**16.10** o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**16.11** Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 39 de

de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizam pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

**16.12** As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**16.13** As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**16.14** O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

**16.15** Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeito aos mesmos limites impostos ao contratado.

**16.16** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

**16.17** As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

**17. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**17.1** Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

**17.2** Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

**17.3** O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Estado do Paraná e do órgão ou entidade licitante no prazo de 20 dias úteis, contados da data da sua assinatura, nos termos do art. 184 do Decreto Estadual n. 10.086/2022 c/c art. 94, I, da Lei Federal n. 14.133/2021.

**17.4** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:



**ESTADO DO PARANÁ**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 40 de

**ANEXO AO CONTRATO**

	<b>Instrumento de Mensuração de Resultado</b>	<b>Código:</b> FOR.DP.006
<b>Empresa:</b>		
<b>Referência Mês/Ano:</b>		
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Pontuação</b>
<b>1.</b>	<b>Amostras-teste</b>	
c)	Amostras-teste devidamente identificadas, recebidas em perfeitas condições de embalagem e estabilidade em condições ótimas para análise;	9
d)	Amostras-teste em quantidades e qualidade suficientes para atender as demandas estimadas;	
	Amostras-teste recebidas em embalagem inadequada, sem identificação, com avaria ou contaminadas;	7
	Amostras-teste recebidas contaminadas ou em quantidades insuficientes para análise requerida;	5
<b>2.</b>	<b>Prazo de Entrega</b>	
	Todos os aspectos adequados:	
a)	Envio do kit amostras-teste em tempo hábil para execução das análises;	9
b)	Em caso de avaria do kit, entregar kit em substituição em até 5 dias úteis e prorrogar o prazo para submissão dos resultados da Contratante em até 5 dias úteis	
	Recebimento do kit de amostras-teste fora do prazo previsto para análise;	5
	Não envio ou envio do kit de substituição fora do prazo ou não permitir submissão de resultados com prazo estendido	5
<b>3.</b>	<b>Submissão de Resultados da Contratante</b>	
a)	Disponibilidade de submissão dos resultados no software da contratada;	9
	Indisponibilidade do site de submissão dos resultados das amostras até a data final;	7
<b>4.</b>	<b>Relatórios</b>	
	Todos os aspectos adequados:	
c)	Disponibilidade de relatórios de avaliação das análises com índices de desempenho mensais;	9
d)	Dados analisados calculados, com parâmetros estatísticos como média, desvio padrão, coeficiente de variação e desvio relativo à média em relação aos resultados obtidos pelo laboratório de referência;	
	Indisponibilidade de relatórios de avaliação mensal	5
	Indisponibilidade de dados de índices de desvio padrão, coeficiente de variação e desvio relativo à média	4
<b>5.</b>	<b>Notificação de Incidentes</b>	
	Todos os aspectos adequados:	
	A contratada deve notificar a Contratante imediatamente caso detectar eventos adversos em relação a entrega ou qualidade do kit teste;	9



**ESTADO DO PARANÁ**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**DIRETORIA DE LOGÍSTICA**  
**CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo nº 24.691.728-09

Pregão Eletrônico nº 161/2026

EDITAL (página 41 de

inconsistências no ambiente virtual, ou outras situações que porventura causar prejuízo a avaliação mensal da Contratante			
Ausência de notificação de eventos que interfiram na avaliação mensal da Contratante			5
<b>Total da Pontuação Obtida</b>			
<b>Avaliação</b>	<b>Faixa de Pontuação Obtida</b>	<b>Percentual de Desconto</b>	<b>PERCENTUAL A SER DESCONTADO: %</b>
Ótimo	29 a 39	0%	FISCAL CT
Bom	18 a 28	1%	
Razoável	7 a 17	2%	
Insatisfatório	3 a 6	3%	Assinatura do Profissional Responsável
Péssimo	1 a 3	4%	Data:
<b>OBSERVAÇÃO :</b>			



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo n.º 24.691.728-09

Pregão Eletrônico n.º 161/2026

EDITAL (página 42 de

**ANEXO VIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 161/2026, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

( ) COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal



**ESTADO DO PARANÁ  
POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA  
CENTRO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Protocolo n.º 24.691.728-09

Pregão Eletrônico n.º 161/2026

EDITAL (página 43 de

**ANEXO IX  
DECLARAÇÃO LGPD.**

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

---

**Representante Legal**